



## POTENCIAIS TURÍSTICOS NO MARANHÃO A PARTIR DA CATEGORIZAÇÃO DE REGIÕES E MUNICÍPIOS NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

## TOURISM POTENTIAL IN MARANHÃO BASED ON THE CATEGORIZATION OF REGIONS AND MUNICIPALITIES IN THE BRAZILIAN TOURISM MAP

## POTENCIALES TURÍSTICOS EN MARANHÃO A PARTIR DE LA CATEGORIZACIÓN DE REGIONES Y MUNICIPIOS EN EL MAPA DE TURISMO DE BRASIL

Airton Pereira da Silva Leão<sup>1</sup>

Nayara Silva dos Santos<sup>2</sup>

João Eduardo Vale Soares<sup>3</sup>

### RESUMO

O turismo é um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de regiões com potencial natural e cultural, como o Maranhão. Este estudo analisa a relação entre a categorização turística dos polos maranhenses, definida pelo Mapa do Turismo Brasileiro, e os níveis de desenvolvimento turístico, buscando identificar desafios e oportunidades regionais. A pesquisa utilizou uma abordagem documental e estatística, analisando os critérios de categorização turística e dados secundários sobre infraestrutura, atratividade e governança local. A partir disso, foi realizada uma correlação entre os níveis de categorização e indicadores de competitividade dos polos turísticos. Os polos turísticos classificados em categorias superiores (A e B) demonstram maior infraestrutura, fluxo de visitantes e capacidade competitiva. Em contrapartida, os polos nas categorias D e E enfrentam sérias deficiências, como baixa atratividade e falta de investimentos. Além disso, observou-se que uma governança participativa mais robusta contribui diretamente para a melhoria dos indicadores turísticos. Embora útil, a categorização turística reflete desigualdades estruturais entre os polos. A pesquisa aponta que estratégias de fortalecimento das parcerias público-privadas, investimentos direcionados em infraestrutura básica e políticas públicas alinhadas às necessidades locais podem potencializar o desenvolvimento sustentável do turismo. Estudos comparativos nacionais podem ampliar a compreensão sobre os fatores que influenciam a competitividade. Este estudo reforça a relevância da categorização turística para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas, evidenciando a necessidade de estratégias integradas e específicas. Investimentos na diversificação de atrativos e no fortalecimento da governança podem transformar o turismo em um motor de desenvolvimento inclusivo no Maranhão.

**Palavras-chave:** Turismo. Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Categorização Turística. Planejamento Estratégico.

<sup>1</sup>Doutorando em Administração e Contabilidade. Fucape Business School (FUCAPE). São Luis. Maranhão. Brasil. E-mail: [airtonleao@outlook.com](mailto:airtonleao@outlook.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1444-5639>.

<sup>2</sup>Doutorado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas. Tocantins. Brasil. E-mail: [adm.cchstl@uemasul.edu.br](mailto:adm.cchstl@uemasul.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9819-4223>.

<sup>3</sup>Graduando em Administração. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Açailândia. Maranhão. Brasil. E-mail: [joaosoares.20190006146@uemasul.edu.br](mailto:joaosoares.20190006146@uemasul.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1367-5134>.

## ABSTRACT

Tourism is a strategic sector for the socioeconomic development of regions with natural and cultural potential, such as Maranhão, Brazil. This study analyzes the relationship between the tourism categorization of Maranhão's tourist hubs, as defined by the Brazilian Tourism Map, and their levels of tourism development, aiming to identify regional challenges and opportunities. The research adopted a documentary and statistical approach, analyzing tourism categorization criteria and secondary data on infrastructure, attractiveness, and local governance. A correlation was established between the categorization levels and the competitiveness indicators of the tourist hubs. Tourist hubs classified in higher categories (A and B) show better infrastructure, higher visitor flows, and greater competitiveness. Conversely, hubs in categories D and E face significant deficiencies, such as low attractiveness and lack of investment. Additionally, stronger participatory governance was found to directly enhance tourism indicators. While useful, tourism categorization reflects structural inequalities among hubs. The study indicates that strengthening public-private partnerships, targeted infrastructure investments, and public policies aligned with local needs could boost sustainable tourism development. National comparative studies could further elucidate the factors influencing competitiveness. This study emphasizes the importance of tourism categorization for strategic planning and public policy formulation, highlighting the need for integrated and specific strategies. Investments in attraction diversification and governance strengthening can transform tourism into an inclusive development driver in Maranhão.

**Keywords:** Tourism. Public Policies. Categorization. Regional Development.

## RESUMEN

El turismo es un sector estratégico para el desarrollo socioeconómico de regiones con potencial natural y cultural, como Maranhão, Brasil. Este estudio analiza la relación entre la categorización turística de los polos turísticos de Maranhão, según el Mapa del Turismo Brasileño, y sus niveles de desarrollo turístico, buscando identificar desafíos y oportunidades regionales. La investigación adoptó un enfoque documental y estadístico, analizando los criterios de categorización turística y datos secundarios sobre infraestructura, atractivos y gobernanza local. Se estableció una correlación entre los niveles de categorización y los indicadores de competitividad de los polos turísticos. Los polos turísticos clasificados en categorías superiores (A y B) presentan mejor infraestructura, mayor flujo de visitantes y mayor competitividad. Por el contrario, los polos en categorías D y E enfrentan deficiencias significativas, como baja atracción y falta de inversiones. Además, se identificó que una gobernanza participativa más sólida mejora directamente los indicadores turísticos. Aunque útil, la categorización turística refleja desigualdades estructurales entre los polos. El estudio indica que el fortalecimiento de alianzas público-privadas, las inversiones en infraestructura y políticas públicas alineadas con las necesidades locales podrían potenciar el desarrollo sostenible del turismo. Los estudios comparativos nacionales podrían ampliar la comprensión de los factores que influyen en la competitividad. Este estudio resalta la importancia de la categorización turística para la planificación estratégica y la formulación de políticas públicas, destacando la necesidad de estrategias integradas y específicas. Inversiones en la diversificación de atractivos y en el fortalecimiento de la gobernanza pueden transformar el turismo en un motor de desarrollo inclusivo en Maranhão.

**Palavras clave:** Turismo. Políticas Públicas. Categorización. Desarrollo Regional.

**Como citar este artigo:** LEÃO, Airton Pereira da Silva; SANTOS, Nayara Silva dos; SOARES, João Eduardo Vale. Potenciais turísticos no Maranhão a partir da categorização de regiões e municípios no mapa do turismo brasileiro. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 923-948, 19 dez. 2024. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v14.5312>.

**Artigo recebido em:** 18/02/2024

**Artigo aprovado em:** 14/10/2024

**Artigo publicado em:** 19/12/2024

## 1 INTRODUÇÃO

O impacto econômico da pandemia na indústria do turismo tem sido particularmente severo em países que dependem fortemente desse setor para sua formação econômica. Com as medidas de distanciamento social e as restrições de viagem impostas em muitos países, houve uma queda no número de turistas, levando a uma diminuição na receita do setor (Neves, 2021). Nesse sentido, com o intuito de lidar com os efeitos negativos decorrentes da pandemia no setor do turismo, as agências governamentais adotaram diversas estratégias de desenvolvimento regional para minimizar o impacto econômico. Em vista disso, várias medidas emergenciais foram realizadas pelo governo federal para auxílio aos governos estaduais no setor turístico, visando fortalecer e apoiar a recuperação dessa indústria (Costa; Figueiredo, 2020).

Essas políticas destinadas ao setor turístico foram estratégicas para enfrentar os desafios impostos pela pandemia. Eles permitiram que as empresas do setor recebessem suporte financeiro, incentivos e recursos adicionais para se adaptarem às novas demandas e restrições. Nesse contexto, no setor do turismo, essa abordagem é ainda mais crucial, já que os clientes apresentam expectativas crescentes quanto à qualidade da experiência e do serviço prestado (Guimarães; Rissato, 2020).

Em direção semelhante, Allis *et al.* (2021) aponta que a pandemia exigiu dos serviços turísticos uma adaptação na oferta dos produtos e serviços prestados. Em contrapartida Clemente *et al.* (2020) afirma que antes da pandemia, o Brasil teve forte desempenho no turismo internacional, recebendo no total cerca de 6,6 milhões de turistas no ano de 2018, enquanto o turismo doméstico atuou com um impacto significativo na economia nacional, representando 73% do gasto de turismo no mundo. Assim, o crescimento econômico previsto para o setor do turismo nos próximos anos, foi impactado negativamente pela pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, segundo Rabahy (2020) a maioria das atividades relacionadas ao turismo, como outras atividades que envolvem o consumo de bens de luxo, tem origem em regiões ricas. No entanto, em termos relativos, o crescimento econômico gerado pelo turismo pode ser mais significativo em regiões em vias de desenvolvimento, pois carecem da mesma diversidade de atividades produtivas. Nesse contexto, se destaca a Região Metropolitana do Sudoeste do Maranhão (RSMS), que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do estado com 7,3% do PIB Estadual. (Lucena; Sousa; Sousa, 2018).

A RMSM, também conhecida como Região Tocantina do Maranhão, detém a denominada Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão, instituição criada através de uma Medida Provisória de N° 255, de 27 de outubro de 2017, como entidade autárquica com sede e foro em município da Região Metropolitana do Sudoeste do Maranhão

(AGEMSUL, 2017). Além disso, a região também se destaca pela sua economia formada pelo agronegócio e indústria, com destaque para o setor de serviços voltados para siderúrgicas (Leão, 2023).

Em estudos anteriores, discute-se sobre a descrição e compreensão dos efeitos da crise decorrente da pandemia do Covid-19 sobre a atividade econômica e o emprego na indústria do turismo brasileiro, como também algumas estratégias e políticas públicas adotadas pelo governo federal para apoiar o setor do turismo durante a pandemia, tais como Guimarães e Rissato (2020), que buscaram identificar e analisar as medidas de política pública adotadas pelo governo federal até então, para o enfrentamento da crise e retomada da produção, do emprego e da renda.

Desse modo, na literatura específica sobre políticas econômicas para o desenvolvimento regional aplicado a setor de turismo, ainda carecem de estudos sobre a indústria do turismo em regiões localizadas em estados em vias de desenvolvimento, principalmente no estado do Maranhão. Nesse sentido, de acordo com a entidade pública estadual responsável pela execução do Convênio (IMESC) entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contribuiu com 7,28 % do PIB do estado do Maranhão no setor de serviços (IMESC, 2020), sendo este o setor responsável por 74% do Produto Interno Bruto no Brasil em 2019 (Silva *et al.*, 2021). Logo, mediante o surgimento da COVID-19 surgiram vários desafios à sobrevivência das organizações, no qual o setor do turismo foi um dos mais afetados dentro desse cenário.

Diante dessa perspectiva, esta pesquisa tem como intuito responder o seguinte questionamento: Qual a evolução da categorização regional do turismo no Estado do Maranhão, com base na categorização e regionalização estabelecida pela Política Nacional de Turismo? Portanto, o objetivo geral desse artigo refere-se a: analisar a evolução da categorização regional do turismo no Estado do Maranhão, a partir da categorização e regionalização referente à Política Nacional de Turismo.

Essa pesquisa também pretende, em segundo plano, reconhecer os índices de desenvolvimento regional do turismo. O estudo visa fornecer insights para a adoção de ações estratégicas de governança pelas administrações municipal, estadual e nacional. Nesse sentido, esta pesquisa abrirá espaços para a reflexão em diversas perspectivas sobre o turismo se há uma correlação positiva entre a categorização das cidades da Região da Chapada das Mesas no Mapa do Turismo e a execução orçamentária nas secretarias municipais de turismo que fazem parte deste território, indicando que municípios com maior investimento e efetividade na promoção e desenvolvimento turístico estão mais propensos a obter um maior desenvolvimento e crescimento do setor turístico na região. Estrutura

A relevância deste estudo está em fornecer subsídios teóricos e práticos para a compreensão das dinâmicas regionais do turismo no Maranhão, um estado com grande potencial natural e cultural, mas que enfrenta desafios estruturais significativos. Ao analisar a categorização dos municípios e polos turísticos, esta pesquisa contribui para a formulação de políticas públicas mais direcionadas, capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor e reduzir as desigualdades regionais.

Além disso, ao relacionar os resultados às condições locais, o artigo aponta caminhos para a melhoria da infraestrutura, da governança participativa e da promoção do turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico no estado. Para uma melhor orientação ao leitor, a

estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: a introdução apresenta o contexto, os objetivos e a justificativa do estudo; o desenvolvimento é composto por revisão teórica, metodologia e análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais sintetizam os achados, discutem suas implicações e propõem recomendações futuras.

## **2 COVID-19 E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MARANHÃO**

O desenvolvimento regional é essencial para o setor turístico, uma vez que contribui para a criação de empregos, aumento da renda e melhoria na qualidade de vida das comunidades locais. Conforme o estudo de Pereira e Alves (2021) sobre o desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro, destaca-se a influência do economista Celso Furtado, que defendeu políticas de redistribuição de terras e investimentos em infraestrutura para reduzir as desigualdades regionais. Com uma abordagem de revisão integrativa e análise histórica, o estudo revela que Furtado foi pioneiro ao propor que o desenvolvimento regional envolvesse não só a industrialização, mas também transformações sociais e econômicas. A conclusão aponta que o turismo, enquanto atividade econômica, é uma ferramenta potente para promover esse desenvolvimento, criando oportunidades em áreas historicamente desfavorecidas.

A interação entre desenvolvimento regional e turismo configura uma abordagem relevante para fortalecer as economias locais e promover a identidade regional, beneficiando diretamente a sociedade e a economia. Segundo Lima (2021), o desenvolvimento regional visa modernizar e potencializar economias periféricas, promovendo redes de cooperação e valorizando recursos e capital humano locais. Da mesma forma, o turismo se posiciona como uma estratégia eficaz de desenvolvimento, principalmente em regiões com forte vocação cultural, histórica ou natural, podendo gerar emprego, aumentar a renda e reter a população local.

Outro estudo relevante é o de Reis Junior et al. (2020), que examina a cidade de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Baseado em entrevistas e análise de conteúdo, os autores aplicaram o conceito de "centro turístico dormitório", evidenciando a dependência econômica em relação a cidades vizinhas, como Salvador e Camaçari. A pesquisa conclui que, embora Lauro de Freitas tenha potencial turístico, a cidade depende da infraestrutura e dos serviços de municípios maiores, indicando a necessidade de políticas regionais que promovam um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo. O estudo enfatiza a importância de estratégias que valorizem as particularidades locais para que o turismo contribua efetivamente para o desenvolvimento regional.

Igualmente, Ferreira e Bernardy (2018) analisaram o desenvolvimento estratégico do turismo em Itá, SC. A pesquisa teve como foco identificar as potencialidades e fraquezas do turismo local, utilizando a Matriz de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP) e entrevistas com diferentes agentes envolvidos. A análise qualitativa revelou que, embora Itá possua atrativos turísticos de destaque, a carência de infraestrutura adequada e de políticas públicas é um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do turismo. Assim, o estudo sugere investimentos de curto a longo prazo para consolidar o turismo como fonte de renda e desenvolvimento regional, sublinhando a importância de uma abordagem sustentável que considere as dimensões sociocultural, ambiental e econômica.

A pandemia da COVID-19 gerou desafios sem precedentes para o desenvolvimento do turismo, interrompendo o crescimento constante que o setor vinha experimentando nas últimas décadas. O turismo global sofreu uma desaceleração abrupta, o que atrasou significativamente projetos de desenvolvimento turístico em diversas regiões. Investimentos planejados em infraestrutura turística, como a construção de hotéis e a ampliação de aeroportos, foram adiados ou cancelados, comprometendo o avanço de destinos emergentes (Škare *et al.*, 2021).

Além dos atrasos em projetos físicos, a pandemia também teve um impacto profundo no desenvolvimento sustentável do turismo. A crise trouxe à tona a necessidade de repensar práticas turísticas que anteriormente contribuíam para a degradação ambiental. Embora a redução das atividades turísticas tenha levado a melhorias temporárias no meio ambiente, a retomada gradual das viagens exige uma abordagem mais consciente e sustentável para preservar os recursos naturais de destinos turísticos populares (Clemente-Suárez *et al.*, 2021).

Outro aspecto crítico afetado foi o desenvolvimento social vinculado ao turismo, em muitos destinos, a paralisação do turismo prejudicou programas de capacitação e inclusão social que dependiam das receitas geradas pelo setor. Projetos comunitários que visavam envolver moradores locais e melhorar sua qualidade de vida foram descontinuados, aumentando a vulnerabilidade econômica de populações que dependem diretamente do turismo para subsistência (Dubey *et al.*, 2020).

A incerteza gerada pela pandemia afetou o planejamento de longo prazo no turismo. A constante ameaça de novas variantes da COVID-19 dificultou a retomada de projetos de expansão e o estabelecimento de políticas de desenvolvimento turístico. O medo de futuras interrupções forçou empresas e governos a adotar uma abordagem mais cautelosa, focando em estratégias flexíveis que permitam rápida adaptação a crises inesperadas (Luo *et al.*, 2020).

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios substanciais para o desenvolvimento do turismo no Maranhão, uma região com grande potencial turístico baseado na diversidade natural e cultural). A região sul do Maranhão, conhecida por sua biodiversidade rica e atrativos naturais, viu uma interrupção drástica nos projetos de promoção e desenvolvimento turístico. A redução do turismo afetou negativamente as comunidades locais que dependiam dessa atividade, ressaltando a importância de modelos sustentáveis para garantir a recuperação e o crescimento futuro (Moraes *et al.*, 2020).

No âmbito da preservação ambiental e turismo sustentável a Área de Proteção Ambiental do Maracanã em São Luís é um exemplo de como o turismo pode promover a conservação ambiental enquanto gera desenvolvimento local. No entanto, com a pandemia, o turismo de base comunitária sofreu uma retração significativa, limitando o engajamento das comunidades em atividades turísticas e dificultando o avanço de projetos que promovem a integração do turismo com a preservação ambiental (Dos Santos S.; Dos Santos P., 2011).

O turismo rural, que se consolidava como alternativa para o desenvolvimento econômico no Maranhão, foi severamente afetado pela pandemia, interrompendo o fluxo de turistas e impactando financeiramente famílias que dependiam dessa fonte de renda. A crise sanitária evidenciou a necessidade de novas estratégias de promoção de um turismo rural sustentável para assegurar a subsistência dessas comunidades. Os exemplos do Maranhão e de Itá demonstram que, para revitalizar o turismo rural, é crucial um planejamento que considere

a sustentabilidade e o apoio governamental, especialmente em tempos de crise (Pastor; Augusto, 2022).

Por outro lado, a pandemia evidenciou o potencial do turismo de nicho, como o cicloturismo, que explora os ambientes naturais do Maranhão. Carvalho e Sousa (2022) observam que rotas como a “Caldo de Cana” são exemplos de como o turismo pode ser redesenhado para se adaptar às novas exigências de segurança sanitária. O desenvolvimento de ciclovias e a promoção de experiências ao ar livre são alternativas que podem revitalizar o turismo local, atraindo visitantes de forma segura e sustentável.

## 2.1 GOVERNANÇA EM TURISMO

A governança em turismo refere-se ao processo de coordenação e colaboração entre diferentes partes interessadas, como governos, empresas, comunidades locais e organizações não governamentais, com o intuito de promover práticas responsáveis e alcançar um turismo mais sustentável. Conforme enfatizado, o turismo possui importância na vida das pessoas e na sociedade como um todo. No entanto, é necessário dar atenção aos potenciais efeitos, benéficos e maléficis, que o turismo pode trazer, ao passo que as nações têm a responsabilidade de desenvolver esse setor de maneira ética e responsável. De tal forma, destaca-se o papel do Estado na promoção da conscientização turística junto às diferentes populações, envolvendo iniciativas como campanhas educativas, programas de intercâmbio cultural e práticas de turismo sustentável (Netto, 2021).

Ao aumentar a conscientização e a responsabilidade em torno do turismo, a esperança é que seus benefícios possam ser maximizados, minimizando os impactos negativos. O turismo, de fato, pode ser uma força poderosa para o desenvolvimento econômico e social, mas apenas se for abordado de forma responsável e sustentável. De acordo com Peters (2013), o conceito de governança é amplamente utilizado no discurso acadêmico e nas discussões cotidianas, referindo-se à forma como o setor público e outras instituições se gerem e se relacionam com a sociedade.

A ênfase na governança reflete preocupações públicas quanto à capacidade dos sistemas políticos de enfrentarem, de forma eficaz e decisiva, os problemas públicos. A governança, assim como a governação, não se limita a um conjunto específico de atores, mas sim às funções básicas que devem ser desempenhadas para governar de forma eficaz. Com o fim de abarcar múltiplas interpretações, a governança assume um caráter polissêmico, tendo múltiplos significados ou interpretações, conforme o campo de estudo ou a perspectiva adotada (Emmendoerfer; Mediotte; Santos, 2022).

Outrossim, Endres e Pakman (2019) discutem o impacto da criação de vários espaços de participação nas ações e estratégias dos atores locais no contexto das políticas de turismo na Paraíba, Brasil. Os autores concluem que esses novos arranjos influenciaram o comportamento dos atores locais, resultando no fortalecimento do setor turístico na região. De acordo com os autores, essa nova estrutura de governança foi estabelecida por meio de políticas de turismo, embora possa estar sujeita a influências externas. Contudo, ainda é cedo para determinar se esses espaços de participação resultaram em mudanças institucionais significativas que aprofundam os processos participativos e os tornam mais eficazes (Endres; Pakman, 2019).

Observa-se, por analogia, que as instituições formais são mais flexíveis para mudanças do que as instituições informais, que se baseiam em práticas e valores sociais e são dinâmicas, demandando estudo contínuo para se adaptarem a novas realidades. Da mesma forma, a governança no turismo torna-se um tema cada vez mais relevante na indústria, posto que o turismo é uma atividade complexa que envolve uma ampla gama de atores e interesses. A fim de garantir um turismo sustentável e benéfico para todos, é essencial que a governança seja implementada de forma eficaz (Bramwell; Lane, 2011).

Além disso, a importância de uma participação mais ativa e comprometida de todos os stakeholders na governança do turismo é evidente, abrangendo desde a formação de parcerias até a avaliação dos resultados das iniciativas. Essa perspectiva indica uma abordagem que, a princípio, ainda carece de responsabilidade e proatividade no desenvolvimento do turismo regional. Ademais, a pouca importância dada à avaliação dos resultados das ações evidencia uma falta de compromisso com a governança turística (Oliveira; Pereira, 2021).

Finalmente, a governança no turismo envolve a atuação de organizações internacionais e governamentais que estabelecem políticas e regulamentações para assegurar práticas responsáveis. A participação das partes interessadas e a transparência nas decisões são fundamentais para alcançar uma governança eficiente e orientada para resultados. Com uma governança em turismo sólida, torna-se possível construir um setor turístico mais sustentável, que preserve o meio ambiente, promova a inclusão social e gere benefícios econômicos para as comunidades locais (Bichler; Lösch, 2019).

## 2.2 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

A Região Tocantina corresponde a um conjunto de cidades que engloba os estados do Maranhão, Pará e Tocantins, sendo ela capaz de gerar economia local, por extensão e regional. No Estado do Maranhão, é formada por 22 municípios (Imperatriz, Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Porto Franco, São Francisco do Brejão, Amarante do Maranhão, Sítio Novo, Carolina, Itinga do Maranhão, Açailândia, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Lajeado Novo, São João do Paraíso e Estreito), que conta uma população total superior a 751.930 de habitantes sobre a influência da rede urbana de Imperatriz. (Oliveira; Silva, 2023) Esta região é composta por diversos pontos turísticos, tendo como principal atrativo o Parque Nacional da Chapadas das Mesas (PNCM). (Silva; Araujo; Conceição, 2020).

Nesse sentido, o Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma área de proteção ambiental que abrange 160 046 hectares de Cerrado no centro-sul do Maranhão e está localizado na cidade de Carolina que, juntamente com as cidades de Riachão, Estreito e Imperatriz englobam um conjunto de atrações turísticas, tais como a Cachoeira de São Romão, a Cachoeira da Prata, a Cachoeira de Itapecuru e o seu Museu Histórico, além da variedade de balneários próximos ao município, o que possibilita aos turistas diversas opções de lazer. Foi criado com o objetivo de resguardar a diversidade biológica (Silva; Araujo; Conceição, 2020).

A estruturação do Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas se deu através da identificação do propósito da unidade de conservação, que visava fornecer subsídios para a interpretação ambiental. O Plano de Manejo foi criado em 2019 com o objetivo de

estabelecer a preservação aos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, atividades de educação e interpretação ambiental e de turismo ecológico (Pãozinho; Figueiredo 2023).

Apesar do Parque possuir uma grande demanda de visitação aos atrativos naturais, a comunidade local revela uma insatisfação na forma em que o turismo ocorre, tendo em vista que os turistas visitam o PNCM através de agências de viagem e guias locais, os quais trabalham de maneira independente, considerando que a visitação acontece em áreas ainda não indenizadas. Além disso, há também um descontentamento com relação à infraestrutura básica para receber o visitante, pois de acordo com a pesquisa os comunitários acreditam que após a criação do Parque, a população foi impedida de ser beneficiada com o direito básico de energia elétrica, o que dificulta a recepção dos turistas dentro da comunidade (Sudré *et al.*, 2020).

O turismo enquanto patrimônio deve sempre passar por questões importantes do processo de planejamento, para que sejam colocados em pauta aspectos que sejam fundamentais e necessário para sua eficácia, tais como: o reconhecimento da importância da participação da comunidade, definição de políticas públicas de turismo e a necessidades que levam os turistas a conhecerem novos lugares, assim como a percepção de quem os recebe. Sendo assim, no Maranhão, esse processo pode ser conhecido como Plano Maior – Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo, onde a secretaria do turismo busca desde os anos 2000 orientar a política e a implantação de polos de desenvolvimento turístico no Estado para assegurar as bases para um desenvolvimento sustentável, visando a preservação do patrimônio natural e cultural, a satisfação do turista, o retorno para os investidores e ganhos para a comunidade (Rodrigues, 2022).

Neste sentido os aspectos de identidade de marca em que o slogan “Maranhão, o segredo do Brasil” (2000) objetivava revelar o destino e suas belezas naturais e culturais. No entanto, com o novo slogan “Maranhão, terra de encantos” (2021), novas propostas foram inseridas, a política de turismo do Maranhão, está pautada em ações independentes daquelas estabelecidas pelo plano Nacional de turismo, tais como projetos direcionados à capacitação de empreendedores locais e investimentos em infraestrutura de acesso em polos turísticos (Rodrigues, 2022).

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios substanciais para o desenvolvimento do turismo no Maranhão, uma região com grande potencial turístico baseado na diversidade natural e cultural). A região sul do Maranhão, conhecida por sua biodiversidade rica e atrativos naturais, viu uma interrupção drástica nos projetos de promoção e desenvolvimento turístico. A redução do turismo afetou negativamente as comunidades locais que dependiam dessa atividade, ressaltando a importância de modelos sustentáveis para garantir a recuperação e o crescimento futuro (Moraes et al., 2020).

No âmbito da preservação ambiental e turismo sustentável a Área de Proteção Ambiental do Maracanã em São Luís é um exemplo de como o turismo pode promover a conservação ambiental enquanto gera desenvolvimento local. No entanto, com a pandemia, o turismo de base comunitária sofreu uma retração significativa, limitando o engajamento das comunidades em atividades turísticas e dificultando o avanço de projetos que promovem a integração do turismo com a preservação ambiental (Dos Santos S.; Dos Santos P., 2011).

O turismo rural, que se consolidava como alternativa para o desenvolvimento econômico no Maranhão, foi severamente afetado pela pandemia, interrompendo o fluxo de turistas e impactando financeiramente famílias que dependiam dessa fonte de renda. A crise sanitária evidenciou a necessidade de novas estratégias de promoção de um turismo rural sustentável para assegurar a subsistência dessas comunidades. Os exemplos do Maranhão e de Itá demonstram que, para revitalizar o turismo rural, é crucial um planejamento que considere a sustentabilidade e o apoio governamental, especialmente em tempos de crise (Pastor; Augusto, 2022).

Por outro lado, a pandemia evidenciou o potencial do turismo de nicho, como o cicloturismo, que explora os ambientes naturais do Maranhão. Carvalho e Sousa (2022) observam que rotas como a “Caldo de Cana” são exemplos de como o turismo pode ser redesenhado para se adaptar às novas exigências de segurança sanitária. O desenvolvimento de ciclovias e a promoção de experiências ao ar livre são alternativas que podem revitalizar o turismo local, atraindo visitantes de forma segura e sustentável.

### 2.3 ANÁLISE DE CLUSTER

A análise de cluster é uma técnica estatística que organiza dados em grupos ou clusters, onde elementos dentro do mesmo grupo apresentam alta similaridade, enquanto os elementos entre diferentes grupos são significativamente distintos. Esse método permite a identificação de padrões e a segmentação de dados de maneira não supervisionada, o que é particularmente útil em situações onde os dados não possuem uma estrutura de classificação pré-definida. Segundo Ezugwu et al. (2020), o uso de algoritmos metaheurísticos para análise de cluster tem sido explorado para melhorar a precisão e eficácia na segmentação de dados em grandes volumes (Ezugwu et al., 2020).

A importância da análise de cluster está na sua ampla aplicação em diversas áreas, como biologia, marketing e redes sociais, onde o reconhecimento de padrões e a categorização de dados são fundamentais. De acordo com Ullmann et al. (2021), a análise de cluster ajuda a validar agrupamentos de dados em testes cruzados, fornecendo uma base metodológica robusta para estudos complexos e multi-dimensionais (Ullmann et al., 2021). Esse tipo de análise permite aos pesquisadores e profissionais de dados construir uma compreensão mais profunda dos conjuntos de dados, o que possibilita insights e a criação de modelos preditivos mais precisos.

Além disso, métodos avançados como a análise de cluster bayesiana são particularmente úteis na identificação de grupos em dados complexos. Wade (2023) argumenta que a aplicação de métodos bayesianos pode oferecer uma segmentação mais precisa, especialmente em áreas com grande variabilidade, como em dados biomédicos (Wade, 2023). Portanto, a análise de cluster é uma ferramenta essencial para a exploração de grandes conjuntos de dados, ajudando a extrair conhecimento valioso e a definir estratégias baseadas em evidências para diferentes contextos.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por um design de pesquisa exploratório, descritivo e quantitativo, fundamentado no uso de dados secundários. A abordagem quantitativa foi essencial para a coleta, organização e análise sistemática dos dados sobre o desempenho turístico de municípios do Maranhão, permitindo uma compreensão objetiva dos padrões e tendências regionais. Dados provenientes do Mapa do Turismo Brasileiro de 2019 e bases econômicas de municípios foram utilizados, baseando-se na metodologia de categorização turística, conforme sugerido por Anjos e Andrade (2021), para identificar e comparar o desempenho dos municípios e suas regiões.

A população deste estudo é composta pelos municípios e regiões turísticas do estado do Maranhão, registrados no Mapa do Turismo Brasileiro de 2019. A amostra inclui especificamente os 55 municípios maranhenses categorizados pelo Ministério do Turismo, representando um conjunto diversificado de polos turísticos com diferentes níveis de desenvolvimento e infraestrutura, como São Luís, Chapada das Mesas e Lençóis Maranhenses.

Os critérios de inclusão e exclusão foram rigorosamente aplicados para garantir a representatividade e a precisão dos resultados. Apenas municípios oficialmente cadastrados e categorizados até 2019 foram considerados na análise. Aqueles com registros incompletos ou desatualizados no Mapa do Turismo Brasileiro foram excluídos, assegurando a padronização dos dados e a confiabilidade das informações analisadas, como destacado por Barrios Becerra *et al.* (2021). Essa abordagem permitiu que a amostra refletisse de forma fiel as diversas realidades dos municípios turísticos do Maranhão, contribuindo para a compreensão das dinâmicas regionais e para a identificação de áreas prioritárias de investimento e potencial de desenvolvimento turístico (Barrios Becerra *et al.*, 2021).

Na análise quantitativa, foram utilizadas estatísticas descritivas para sintetizar e interpretar os dados regionais. As medidas de média, mediana e progressão geométrica foram selecionadas por sua relevância metodológica. A média, como proposto por Flinton e Malamateniou (2020), fornece uma visão representativa dos indicadores turísticos regionais, facilitando comparações entre municípios (Flinton; Malamateniou, 2020). Além disso, a progressão geométrica foi incorporada para avaliar padrões de crescimento, reforçando a robustez da análise.

A metodologia empregada neste estudo adotou a progressão geométrica como abordagem analítica para avaliar o crescimento de indicadores de desenvolvimento ao longo do tempo, refletindo sobre os padrões de expansão em regiões turísticas. Esse método é consistente com os princípios descritos por Panagiotelis *et al.* (2021), que destacam a relevância de abordagens matemáticas robustas na previsão e análise de tendências espaciais e temporais em sistemas turísticos (Panagiotelis *et al.*, 2021).

Os dados foram sistematicamente organizados e processados utilizando o software Microsoft Excel, que se mostrou uma ferramenta eficaz na execução de cálculos estatísticos e geração de gráficos descritivos. Essa escolha baseia-se em sua ampla utilização e acessibilidade, conforme recomendado por estudiosos que analisam estruturas e padrões espaciais turísticos, como Na (2005), que enfatizam a importância de ferramentas integradas para a visualização de tendências regionais.

A categorização dos municípios maranhenses no Mapa do Turismo Brasileiro segue critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo, como número de estabelecimentos turísticos, fluxo de visitantes e arrecadação tributária local. Contudo, tais critérios apresentam limitações que podem impactar a representatividade da categorização e a interpretação dos resultados regionais.

Além disso, o estudo de Anjos e Andrade (2021) sobre a categorização turística em Santa Catarina demonstra como a adaptação dos critérios de desenvolvimento turístico a cada região melhora a precisão e relevância dos resultados. Em Santa Catarina, os pesquisadores propuseram uma progressão geométrica para avaliar o nível de desenvolvimento dos municípios, considerando o potencial turístico e as condições socioeconômicas locais. Esse método foi adaptado no presente estudo para estimar o Índice de Desenvolvimento Turístico Regional no Maranhão, permitindo uma análise mais profunda e personalizada dos indicadores regionais. Essa adaptação, inspirada em Anjos e Andrade, permite uma compreensão mais fiel das disparidades entre as regiões turísticas do Maranhão, especialmente quando se considera a influência de fatores locais sobre o desenvolvimento turístico.

### 3.1 CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DO BRASIL

No ano de 2019, houve uma revisão da metodologia empregada e da coleta de informações atualizadas, nas quais foi introduzida a variável arrecadação de impostos federais dos meios de hospedagem como forma de complementar os indicadores já utilizados, agregando uma variável de desempenho financeiro para a análise (Tabela 1). A partir daí, chegou-se a cinco variáveis, que foram cruzadas em uma análise de *cluster* e deram origem a cinco categorias de municípios (A, B, C, D, E).

Quadro 1 – Variáveis estudadas e fontes de coleta.

VARIÁVEL	FONTE DE COLETA
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Estudo de Demanda Doméstica 2012 – MTur/FIPE
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Estudo de Demanda Internacional 2017 – MTur/FIPE
Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem	Secretaria de Receita Federal – Ministério da Economia

Fonte: Ministério do Turismo (2023).

Os resultados indicam a formação de cinco grupos, considerando os 2.695 municípios do Mapa do Turismo. São:

63 municípios na Categoria A, que representa as capitais e os municípios com maior fluxo turístico, maior número de estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem.

258 municípios na Categoria B, que representa os municípios com índice médio/alto em referência aos indicadores fluxo turístico e estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem;

477 municípios na Categoria C, que representa os municípios com índice médio/baixo em referência aos indicadores fluxo turístico e estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem;

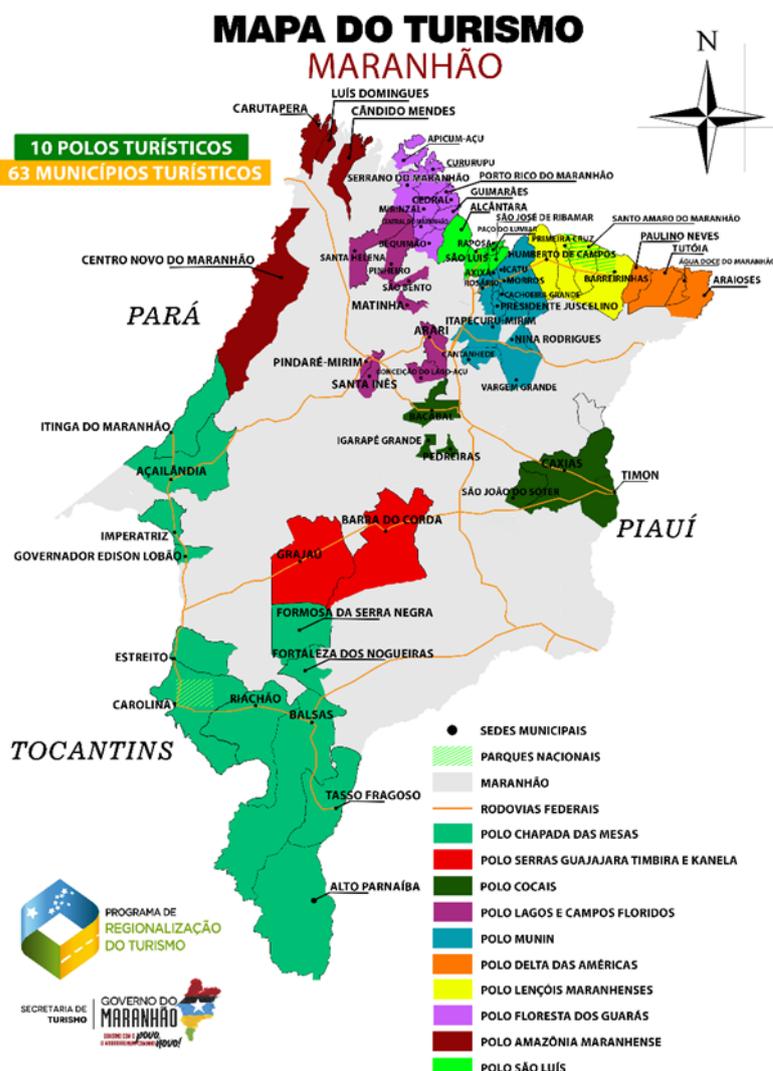
1523 municípios na Categoria D, que representa os municípios com índice baixo em referência aos indicadores fluxo turístico e estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem;

378 municípios na Categoria E, dos municípios que não apresentaram índice em referência aos indicadores.

Para o Estado do Maranhão, a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro de 2019 apresenta 10 regiões turísticas e 55 municípios cadastrados no Mapa do Turismo Brasileiro 2019. De acordo com os dados, o estado conta com 10 regiões turísticas bem definidas, que abrangem uma diversidade de atrativos culturais, naturais e históricos.

Essa atualização destaca a relevância do turismo para o Estado do Maranhão, oferecendo uma oportunidade única de promover e desenvolver as potencialidades turísticas de cada região. Com isso, é possível fortalecer a economia local, ampliar o fluxo de visitantes e garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do estado maranhense. É um passo importante para posicionar o Maranhão como um destino turístico de destaque no cenário nacional e internacional. (Figura 1).

Figura 1 – O mapa das regiões do turismo no maranhão 2019-2021.



Fonte: Ministério do Turismo, MTur.

Na última edição, em 2017, o Maranhão possuía 53 municípios cadastrados. Desse total, 53 foram mantidos, 1 foram incluídos e 0 foram excluídos. Em princípio, as razões indicadas pelos órgãos foram que os municípios não atenderam os indicadores, mas as razões reais requerem um estudo para avaliar os processos e as iniciativas de gestão municipal e estadual que levaram tais procedimentos para exclusão desses municípios (Tabela 1).

Tabela 1 – Mapa do Turismo Brasileiro – Maranhão (2013, 2016, 2017, 2019).

Brasil		
Ano	Nº Municípios	Nº Regiões
2013	68	10
2016	46	10
2017	53	10
2019	54	10

Fonte: Ministério do Turismo, (2023).

Os municípios que compõem o mapa são validados pelos órgãos estaduais de turismo, em conjunto com as instâncias de governança regional, e categorizados a partir de critérios construídos pelo MTur. O Mapa está vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo e orienta a atuação do MTur no desenvolvimento das políticas públicas. Ele é atualizado bianualmente. Os municípios devem continuar fazendo seu dever de casa, e a Santur continua como parceira e fomentadora do processo de fortalecimento das políticas públicas de turismo no Estado.

#### 4 BENEFÍCIOS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

Entre os benefícios do Mapa do Turismo Brasileiro está a categorização dos municípios turísticos, que vai de “A” a “E”. A categorização é um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro (Tabela 2).

Tabela 2 – Categorização dos Municípios do Maranhão (2017-2019).

<b>Categoria</b>	<b>Ano Inicial</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Ano Final</b>	<b>Porcentagem</b>
A	1	1,89%	1	2%
B	1	1,89%	4	7%
C	9	16,98%	8	15%
D	33	62,26%	37	69%
E	9	16,98%	4	7%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério do Turismo, (2023).

Em relação ao mapa de 2017, o Maranhão manteve o número de municípios que integram a categoria A, e obteve um aumento na categoria B. Pelo mapa de 2019, fazem parte da categoria A: o Polo São Luís. A categoria B ampliou o conjunto de municípios de 1 para 4. As categorias C, E registraram uma diminuição, já a categoria D foi ampliada. Entre as principais razões para a alteração no número de municípios está a inclusão de um critério econômico nas variáveis utilizadas pelo MTur para a definição das categorias.

A partir de 2019, além da quantidade de estabelecimentos de hospedagem e de empregos nesse setor e da quantidade estimada de visitantes domésticos e internacionais, foi incluída a arrecadação de impostos federais dos meios de hospedagem. A classificação subsidia a priorização de investimentos por programas do MTur, incluindo ações de infraestrutura turística, qualificação profissional e promoção dos destinos.

Tabela 3 – Categorização dos municípios das regiões turísticas do Maranhão (MTur-2019).

CATEGORIA	A	B	C	D	E	TOTAL
<b>Polo São Luís</b>						
Número de casos	1	0	1	2	0	4
% por categoria	25,0%	0,0%	25,0%	50,0%	0,0%	100,0%
<b>Polo Amazônia Maranhense</b>						
Número de casos	0	0	0	2	0	2
% por categoria	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
<b>Polo Chapada das Mesas</b>						
Número de casos	0	2	2	8	0	12
% por categoria	0,0%	16,7%	16,7%	66,7%	0,0%	100,0%
<b>Polo Cocais</b>						
Número de casos	0	1	2	3	0	6
% por categoria	0,0%	16,7%	33,3%	50,0%	0,0%	100,0%
<b>Polo Delta das Américas</b>						
Número de casos	0	0	0	3	1	4
% por categoria	0,0%	0,0%	0,0%	75,0%	25,0%	100,0%
<b>Polo Floresta dos Guarás</b>						
Número de casos	0	0	0	6	1	7
% por categoria	0,0%	0,0%	0,0%	85,7%	14,3%	100,0%
<b>Polo Lagos e Campos Floridos</b>						
Número de casos	0	0	0	3	1	4
% por categoria	0,0%	0,0%	0,0%	75,0%	25,0%	100,0%
<b>Polo Lençóis Maranhenses</b>						
Número de casos	0	1	0	3	0	4
% por categoria	0,0%	25,0%	0,0%	75,0%	0,0%	100,0%
<b>Polo Munin</b>						
Número de casos	0	0	1	7	1	9
% por categoria	0,0%	0,0%	11,1%	77,8%	11,1%	100,0%
<b>Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela</b>						
Número de casos	0	0	2	0	0	2
% por categoria	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Ministério do Turismo, (2023).

Na análise da relação entre as regiões e a categorização dos municípios turísticos do Maranhão, observa-se uma concentração significativa de municípios nas categorias inferiores (D e E), evidenciando uma lacuna estrutural no desenvolvimento turístico regional. Na categoria A, São Luís, capital do estado e único município classificado nesta categoria, destaca-se por sua combinação de turismo de praia e negócios, refletindo uma maior robustez de infraestrutura e atratividade. Contudo, as demais regiões apresentam fragilidades significativas: 71,43% dos municípios estão nas categorias D e E, indicando deficiências marcantes em infraestrutura turística, serviços básicos e planejamento estratégico, como apontado por Santos e Almeida (2022).

Os polos turísticos revelam dinâmicas distintas. O Polo São Luís possui maior diversidade categórica, com 25% de municípios na categoria A, mas metade dos casos ainda pertence à categoria D, destacando desafios na inclusão das áreas periféricas no desenvolvimento turístico. Polos como a Amazônia Maranhense, Delta das Américas e Serras Guajajara Timbira e Kanela concentram-se em categorias baixas, sugerindo desafios

específicos e uma limitada capacidade de absorção de investimentos estratégicos (Bichler & Lösch, 2019).

A Chapada das Mesas, composta por 12 municípios categorizados, destaca-se pela maior quantidade absoluta de casos, com 66,7% dos municípios na categoria D. Isso reflete barreiras estruturais significativas, apesar de seu reconhecimento como destino turístico relevante. Em Santa Catarina, analisado por Anjos e Andrade (2021), a categorização turística também revelou desigualdades, com apenas uma região consolidada, cinco em consolidação e sete não consolidadas. Ambos os estudos evidenciam que regiões periféricas, como o Polo Munin no Maranhão e algumas áreas de Santa Catarina, enfrentam desafios semelhantes, como falta de coordenação e estratégias de governança, afetando a competitividade turística.

Em termos de oportunidades, a análise quantitativa fornece dados valiosos para a gestão estratégica. Os desafios predominantes nas categorias D e E, como infraestrutura inadequada e falta de serviços turísticos básicos, precisam ser abordados por políticas públicas específicas. Segundo Anjos e Andrade (2021), a governança participativa e a regionalização são essenciais para integrar os diferentes stakeholders e alinhar os objetivos de desenvolvimento local e estadual. Além disso, o fortalecimento das iniciativas de regionalização do turismo, como programas de capacitação e melhorias na infraestrutura, pode promover maior equidade entre os polos turísticos (Emmendoerfer et al., 2022).

#### 4.1 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL

Para a análise do desenvolvimento regional, partiu-se do critério utilizado por Anjos e Andrade (2021) para o processo de consolidação da Governança Regional. Os autores reconheceram quatro níveis de consolidação para as regiões de Santa Catarina: consolidados, em consolidação (1), em consolidação (2) e não consolidados, que procuram revelar o nível de consolidação da governança. O cálculo é resultado da tentativa de reconhecer, a partir da categorização dos municípios no Mapa de Turismo Brasileiro, indicadores para avaliar o desenvolvimento regional. Os autores usaram a progressão geométrica para expressar o grau de desenvolvimento turístico, assim distribuídos: sem categorização, zero ponto; categoria E, um ponto; categoria D, três pontos; categoria C, nove pontos; categoria B, 27 pontos; e categoria A, 81 pontos. O total de pontos de cada região é dividido pelo número de municípios que compõe a região turística, entre os categorizados e não categorizados.

Para esta pesquisa, a partir dos critérios estabelecidos por Anjos e Andrade. et al. (2018), desenvolveu-se o Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (amplo) – IDTR (a). Assim, as análises (Tabela 04) com Dados do Mapa de Desenvolvimento Turístico de 2019 buscaram reconhecer, no desenvolvimento da região geográfica, o papel do segmento do Turismo. Esta divisão partiu das microrregiões do IBGE para o Maranhão.

O IDTR(a) reconheceu o Polo São Luís (24) como destino consolidado e as regiões Polo Chapada das Mesas (8,00), Polo Cocais (8,33), Polo Lençóis Maranhenses (9,00) e Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela (9,00) como destinos em consolidação: As demais regiões foram conhecidas como destinos não consolidados, a saber: Polo Amazônia Maranhense (1,00), Polo Delta das Américas (2,50), Polo Floresta dos Guarás (2,71), Polo Lagos e Campos Floridos (2,50) e Polo Munin (3,44) (Tabela 4).

Tabela 4 – Desenvolvimento Turístico Regional do Maranhão (MTur-2019).

	<b>Municípios Categorizados</b>	<b>Municípios Não Categorizados</b>	<b>Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (amplo) - IDTR(a)</b>
Polo São Luís	4	0	24,00
Polo Lençóis Maranhenses	4	0	9,00
Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela	2	0	9,00
Polo Cocais	6	0	8,83
Polo Chapada das Mesas	12	0	8,00
Polo Munin	9	0	3,44
Polo Floresta dos Guarás	7	0	2,71
Polo Delta das Américas	4	0	2,50
Polo Lagos e Campos Floridos	4	0	2,50
Polo Amazônia Maranhense	2	0	1,00
<b>Total de Municípios</b>	54	0	<b>371,00/54=6,87</b>

Fonte: Elaboração própria (2023).

A análise do Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (IDTR) amplo apresenta um panorama heterogêneo sobre o nível de consolidação turística dos polos no Maranhão. Com base nos municípios categorizados pelo Mapa do Turismo Brasileiro, o índice reflete a capacidade de desenvolvimento turístico em cada região, considerando fatores como infraestrutura, atratividade e governança regional.

Distribuição dos Municípios por Polos: O estado do Maranhão possui 10 polos turísticos, com uma distribuição desigual dos municípios categorizados. Polos como São Luís, Lençóis Maranhenses e Cocais possuem quatro municípios cada, enquanto outros, como Serras Guajajara Timbira e Kanela, Amazônia Maranhense e Delta das Américas, possuem dois a quatro municípios. Essa disparidade reflete diferenças significativas no desenvolvimento turístico regional, reforçando a necessidade de estratégias adaptadas às realidades locais (Anjos; Andrade, 2021).

A fragmentação das ações locais no Maranhão dificulta a consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento. Anjos e Andrade corroboram ao identificar a necessidade de governança estratégica em Santa Catarina para promover o desenvolvimento regional. No Maranhão, o Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (IDTR) médio de 6,87 contrasta com os extremos de polos como São Luís (24,00) e Polo Amazônia Maranhense (1,00). Santa Catarina, por sua vez, apresenta regiões em constante transformação, mas com esforços para fortalecer a governança e regionalização do turismo, destacando a importância de ações integradas (Anjos; Andrade, 2021).

No Maranhão, São Luís lidera o desenvolvimento turístico com IDTR de 24,00, impulsionado por infraestrutura robusta e atrativos culturais. De forma similar, Santa Catarina apresenta polos turísticos consolidados, como a região Vale do Itajaí, que alia desenvolvimento cultural e infraestrutura de qualidade. Contudo, enquanto Maranhão ainda luta para superar barreiras nas regiões menos desenvolvidas, Santa Catarina já busca consolidar e expandir o turismo em áreas intermediárias, como o Vale dos Imigrantes. Essa diferença reflete a

necessidade de ações mais específicas e investimentos sustentáveis em regiões como a Chapada das Mesas e o Polo Munin, potencializando o turismo como motor de desenvolvimento socioeconômico em ambos os estados (Anjos; Andrade, 2021).

**Polos com Menor Desenvolvimento:** Os polos Amazônia Maranhense (IDTR 1,00) e Delta das Américas (IDTR 2,50) representam desafios críticos, com baixos índices de infraestrutura e atratividade turística. Esses resultados demandam ações governamentais coordenadas, incluindo a melhoria da conectividade regional e investimentos em capacitação comunitária (Bichler; Lösch, 2019).

**Potencial Turístico e Oportunidades:** Polos como Serras Guajajara Timbira e Kanela, Cocais e Chapada das Mesas possuem IDTR acima de 8,00, destacando-se como destinos com elevado potencial turístico. No entanto, sua capacidade de atração e competitividade está limitada por fatores como falta de infraestrutura moderna e baixa articulação entre os atores regionais, como também observado por Emmendoerfer et al. (2022). Investimentos em planejamento estratégico, sustentabilidade e promoção turística podem ampliar sua posição no cenário regional.

**Desafios Estratégicos:** Os baixos valores de IDTR em grande parte dos polos reforçam a necessidade de ações específicas. A priorização de investimentos em infraestrutura, qualificação profissional e governança participativa pode alavancar o turismo nas regiões menos desenvolvidas. Segundo Anjos e Andrade (2021), uma abordagem integrada que considere as particularidades de cada polo é fundamental para consolidar o turismo como motor do desenvolvimento regional.

Em resumo, a tabela fornece uma visão geral do desenvolvimento turístico regional no Maranhão, destacando os polos com maior e menor IDTR. Esses resultados podem servir como base para a formulação de políticas estratégicas de desenvolvimento turístico, direcionando recursos e esforços para fortalecer os polos com menor desenvolvimento e aproveitar o potencial dos polos mais desenvolvidos.

Além da proposta de ponderação numa escala geométrica pelo peso das categorias, buscou-se reforçar a categorização, associando a mediana da categoria de cada um dos municípios de cada região (Tabela 5).

Tabela 5 – Categoria de cada região

	Municípios Categorizados	Mediana das Categorias dos Municípios	Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (amplo) - IDTR(r)
Polo São Luís	4	C	24,00
Polo Lençóis Maranhenses	4	D	9,00
Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela	2	E	9,00
Polo Cocais	6	D	8,83
Polo Chapada das Mesas	12	D	8,00
Polo Munin	9	D	3,44
Polo Floresta dos Guarás	7	D	2,71
Polo Delta das Américas	4	D	2,50
Polo Lagos e Campos Floridos	4	D	2,50
Polo Amazônia Maranhense	2	D	1,00
<b>Total de Municípios</b>	54		<b>371,00/54=6,87</b>

Fonte: Elaboração Própria, (2023).

A análise da Tabela 5 evidencia o nível desigual de desenvolvimento turístico entre os polos do Maranhão, conforme medido pelo Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (IDTR restrito) e pela mediana das categorias dos municípios. Essa heterogeneidade reflete tanto as diferenças na infraestrutura e investimentos quanto os desafios na governança e na articulação regional, apontando para uma gestão descentralizada que necessita de maior integração.

Os dados destacam o Polo São Luís como a região mais desenvolvida, com IDTR de 24,00 e mediana na categoria C. Essa posição privilegiada é atribuída à infraestrutura consolidada e à presença de atrativos culturais, como o Centro Histórico reconhecido pela UNESCO, que combinam o turismo de negócios e lazer. A capital do estado demonstra maior capacidade de atrair investimentos e fluxos turísticos diversificados, reforçando seu papel como motor do desenvolvimento turístico no Maranhão. Por outro lado, polos como Lençóis Maranhenses, Serras Guajajara Timbira e Kanela, e Cocais, com IDTRs variando entre 8,00 e 9,00 e medianas predominantemente na categoria D, apresentam potencial significativo, mas enfrentam barreiras relacionadas à infraestrutura e à organização estratégica. Esses resultados estão alinhados com estudos que apontam a necessidade de articulação estratégica para potencializar destinos reconhecidos internacionalmente (Anjos; Andrade, 2021).

Regiões como Amazônia Maranhense e Delta das Américas, com IDTRs de 1,00 e 2,50 respectivamente, representam os maiores desafios. A concentração de municípios nas categorias inferiores revela deficiências graves na oferta turística e na conectividade regional. Essas regiões necessitam de ações direcionadas para superar as limitações de infraestrutura, melhorar a atratividade e promover uma gestão mais integrada. A presença predominante de municípios nas categorias C e D em outros polos, como Floresta dos Guarás, Lagos e Campos Floridos, e Munin, reforça a urgência de ampliar a capacidade de articulação regional e de alocar recursos de forma estratégica para atender às necessidades locais. Essas dificuldades estruturais comprometem não apenas o turismo, mas também o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas.

Os polos turísticos, como Lençóis Maranhenses, Cocais e Chapada das Mesas, apresentam valores de Índice de Desenvolvimento do Turismo Regional (IDTR) relativamente elevados no contexto estadual, evidenciando seu potencial significativo para o crescimento socioeconômico e ambiental. Esses locais se destacam por suas paisagens naturais de alta relevância ecológica e culturalmente ricas. A Chapada das Mesas, por exemplo, é amplamente reconhecida por suas formações geomorfológicas únicas e pela biodiversidade, como demonstrado em estudos sobre sua flora e fauna (Barreto *et al.*, 2015), (Fernandes *et al.*, 2022).

No entanto, apesar desse destaque, esses polos enfrentam desafios significativos relacionados à infraestrutura turística e à falta de coordenação entre atores locais. Barreto *et al.* (2015) enfatizam a necessidade de planejamento estratégico para integrar políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à conservação ambiental. De forma similar, regiões em consolidação turística no estado de Santa Catarina também enfrentam desafios comparáveis. Anjos e Andrade (2021) destacam que a articulação entre stakeholders e a implementação de políticas públicas mais estratégicas são cruciais para enfrentar essas barreiras.

Esses exemplos reforçam a importância de melhorar as condições básicas de infraestrutura e fomentar estratégias de governança participativa para fortalecer a competitividade dos destinos turísticos. Além disso, iniciativas que unam os setores público e privado, como observado por Fernandes *et al.* (2022), podem criar um ambiente propício para a consolidação desses destinos como líderes no cenário regional.

A análise da tabela também evidencia a disparidade entre os municípios categorizados, reforçando a necessidade de políticas de governança robustas que integrem os diferentes polos e potencializem o turismo como ferramenta de desenvolvimento. Regiões como Amazônia Maranhense e Delta das Américas demandam atenção prioritária para enfrentar os desafios críticos que apresentam, enquanto polos como São Luís e Lençóis Maranhenses devem aproveitar seu potencial para impulsionar ainda mais o turismo no estado. A adoção de abordagens estratégicas, como o fortalecimento da infraestrutura, a qualificação profissional e a diversificação da oferta turística, pode gerar impactos positivos em todo o Maranhão, promovendo não apenas o crescimento do setor, mas também a inclusão social e a sustentabilidade econômica. Assim, os dados apresentados são fundamentais para subsidiar ações governamentais que integrem os desafios e as oportunidades identificadas, ampliando a competitividade do estado no mercado turístico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a evolução da categorização do turismo no Maranhão, destacando como as classificações atribuídas aos municípios impactam suas dinâmicas de desenvolvimento turístico. A análise revelou que a infraestrutura e os serviços turísticos estão diretamente associados às categorias superiores no Mapa do Turismo Brasileiro. Regiões como São Luís se destacam com indicadores elevados, enquanto polos nas categorias D e E enfrentam desafios estruturais significativos.

A categorização turística demonstrou ser um instrumento valioso para identificar lacunas e potencialidades regionais. Os resultados apontam que a disparidade no nível de desenvolvimento entre os polos exige estratégias de governança mais eficazes e maior alinhamento entre os setores público e privado. Nesse contexto, a falta de investimentos e a

limitada articulação entre stakeholders são fatores que comprometem o aproveitamento pleno do potencial turístico do estado.

A principal contribuição do artigo reside em fornecer uma análise detalhada do panorama turístico do Maranhão, ressaltando como a categorização influencia o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas. Polos como Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas, apesar de reconhecidos por suas belezas naturais, ainda carecem de melhorias em infraestrutura e na diversificação de atrativos para alcançar maior competitividade no cenário nacional e internacional.

Adicionalmente, os resultados reforçam a necessidade de investimentos prioritários nas regiões mais vulneráveis, como o Polo Amazônia Maranhense, que apresentou o menor Índice de Desenvolvimento Turístico Regional (IDTR). A baixa representatividade de municípios em categorias superiores reflete fragilidades na infraestrutura e no planejamento, exigindo uma abordagem integrada que valorize as especificidades locais.

Como recomendações para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar a análise da relação entre as categorias turísticas e o impacto socioeconômico nas comunidades locais. Estudos adicionais poderiam avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas, além de investigar as possibilidades de ampliação da governança participativa para promover o desenvolvimento sustentável do turismo em regiões menos favorecidas.

Por fim, este estudo reforça a relevância da categorização para o fortalecimento do turismo como ferramenta de desenvolvimento regional. A partir das evidências apresentadas, espera-se contribuir para a formulação de políticas que promovam não apenas a preservação dos recursos naturais e culturais do Maranhão, mas também a geração de empregos, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

## REFERÊNCIAS

ALLIS, Thiago et al. METROPOLIZAÇÃO E MOBILIDADES TURÍSTICAS EM/ENTRE SÃO PAULO E BAIXADA SANTISTA EM TEMPOS DE PANDEMIA. *Geo UERJ*, n. 39, p. e61342, 29 jul. 2021. Doi: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2021.61342>

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANDRADE, Ilário Caubi. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro-2019 (MTUR). *Turismo: Visão e Ação*, v. 23, p. 435-457, 2021. Doi: <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n2.p435-457>.

BARRETO, Helen Nébias et al. Chapada das Mesas: Unknown Geomorphological Heritage. *World geomorphological landscapes*, p. 201–210, 1 jan. 2015. Doi: [https://doi.org/10.1007/978-94-017-8023-0\\_18](https://doi.org/10.1007/978-94-017-8023-0_18).

BECERRA, Brenda Barrios et al. Good practice guide for data visualization in the area of descriptive statistics. *2021 Mexican International Conference on Computer Science (ENC)*, Morelia, Mexico, 2021, pp. 1-8, Doi: <https://doi.org/10.1109/ENC53357.2021.9534814>.

BICHLER, Bernhard Fabian; LÖSCH, Magdalena. Collaborative Governance in Tourism: Empirical Insights into a Community-Oriented Destination. *Sustainability*, v. 11, n. 23, p. 6673, 26 nov. 2019. Doi: <https://doi.org/10.3390/su11236673>.

BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, n. 4-5, p. 411–421, maio 2011. Doi: <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.580586>.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior – MDIC**: Mapa do Turismo Brasileiro, 2019. Disponível em: <https://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>

CARVALHO, Karoliny; SOUSA, Rodrigo. Cicloturismo e vivências afetivas no meio rural. análise da rota caldo de cana, povoado São Raimundo (Maranhão, Brasil). *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 20, n. 1, p. 139–152, 1 jan. 2022. Doi: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.009>.

CLEMENTE-SUÁREZ, Vicente Javier et al. The Impact of the COVID-19 Pandemic on Social, Health, and Economy. *Sustainability*, v. 13, n. 11, p. 6314, 2 jun. 2021. Doi: <https://doi.org/10.3390/su13116314>.

COSTA, Malaine Miranda Conceição; DE SOUZA FIGUEIREDO, Giane Lourdes Alves. Estratégias de Marketing em meio à pandemia. *Facit Business and Technology Journal*, v. 1, n. 21, 2020.

DOS SANTOS, Saulo Ribeiro; DOS SANTOS, Protásio Cezar. Área de Proteção Ambiental do Maracanã em São Luís (Maranhão, Brasil): aspectos socioambientais e o desenvolvimento local na atividade turística. *Turismo e Sociedade*, v. 4, n. 1, 30 abr. 2011. Doi: <https://doi.org/10.5380/tes.v4i1.21383>.

DUBEY, Souvik et al. Psychosocial Impact of COVID-19. *Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews*, v. 14, n. 5, p. 779–788, set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.dsx.2020.05.035>.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MEDIOTTE, Elias José; SANTOS, Yuri Tomaz Dos. Governança pública no turismo: polissemia, reflexões e implicações. *Ateliê Geográfico*, v. 16, n. 1, p. 24–49, 20 abr. 2022. Doi: <https://doi.org/10.5216/ag.v16i1.69253>.

ENDRES, Ana Valéria; PAKMAN, Elbio Troccoli. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, p. 01-18, 2019. Doi: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1431>.

EZUGWU, Absalom E. et al. Automatic clustering algorithms: a systematic review and bibliometric analysis of relevant literature. *Neural Computing and Applications*, v. 33, n. 11, p. 6247–6306, 10 out. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1007/s00521-020-05395-4>.

FERNANDES, Rozijane Santos et al. Ferns and lycophytes in Chapada das Mesas National Park and surroundings, Maranhão State, Brazil. *Biota Neotropica*, v. 22, n. 1, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/1676-0611-bn-2021-1273>.

FERREIRA, Anderson Saccol; BERNARDY, Rógis Juarez. Estudo e proposições para desenvolvimento estratégico do turismo no município de Itá (SC). *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 8, n. 1, p. 70-89, 2018. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v8i1.2798>.

FLINTON, David M; MALAMATENIOU, Christina. Quantitative Methods and Analysis. In: RAMLAUL, AARTHI (Org.). *Medical Imaging and Radiotherapy Research: Skills and Strategies*. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 273–322. Doi: [https://doi.org/10.1007/9783030379445\\_15](https://doi.org/10.1007/9783030379445_15).

GUIMARÃES, Carla Regina Ferreira Freire; RISSATO, Denise. Atividade turística, emprego e política pública durante a pandemia da covid-19 no Brasil. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 72, p. 6, 2020.

IMESC – INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Produto Interno Bruto dos municípios do estado do Maranhão 2018. *PIB Municipal*, São Luís, v. 14, n. 1, 2020.

LEÃO, Airton Pereira da Silva. A influência da inovação, risco e segurança na satisfação dos usuários dos serviços bancários digitais da região tocantina. *Desafio Online*, v. 11, n. 1, p. 183-204, 2023. Doi: <https://doi.org/10.55028/don.v11i1.13947>

LIMA, Jandir Ferrera de. Desenvolvimento regional sustentável. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, v. 11, p. 132–143, 2021. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3454>.

LUCENA, Manoel Alexandre De; SOUSA, Yara Eugenio Leandro De; SOUSA, Eliane Pinheiro De. Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos no PIB no Maranhão no período de 2010 a 2018. *Geosul*, v. 37, n. 84, p. 153–175, 14 dez. 2022. Doi: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2022.e85103>.

LUO, Min *et al.* The psychological and mental impact of coronavirus disease 2019 (COVID-19) on medical staff and general public – A systematic review and meta-analysis. *Psychiatry Research*, v. 291, n. 113190, p. 113190, 1 set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113190>.

MENDOZA, X. L. D.; ESPEJON, R. O. Customer relationship management strategies of selected resorts in Cavite: A pandemic situationer. *International Research Journal of Science, Technology, Education, and Management*, v. 2, n. 4, p. 104-113, 2022. Doi: <https://doi.org/nbn-reresolution.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-86003-7>.

MORAES, Bruno Roberto Silva De et al. MODELO DE ARQUITETURA PARA SISTEMA DE DIVULGAÇÃO DOS PONTOS TURÍSTICOS DA REGIÃO SUL DO MARANHÃO / SOFTWARE ARCHITECTURE MODEL TO PROMOTE NATURAL TOURIST PLACES IN THE SOUTHERN MARANHÃO REGION. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, p. 94591–94603, 1, Doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-067>.

NA, Li. An analysis on spatial field effect of domestic tourist flows in China. *Geographical Research*, v. 24, n. 2, p. 293–303, 15 abr. 2005. Doi: <https://doi.org/10.11821/YJ2005020016>.

NAIR, Rajesh Kumar et al. Marketing Strategies Implemented by Hotel Industry during COVID-19 in *Malaysia*. *International journal of Tourism and hospitality in Asia Pasific*

(*IJTHAP*), v. 5, n. 1, p. 100–111, 21 fev. 2022. Doi:  
<http://dx.doi.org/10.32535/ijthap.v5i1.1405>.

NETTO, Joviniano Pereira da Silva. Sustainability Indicators as a Support for Tourism Planning: Conceptual and Methodological Issues. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, v. 13, n. 1, p. 260–277, 9 jan. 2021. Doi:  
<https://doi.org/10.18226/21789061.v13i1p260>.

NEVES, Christopher Smith Bignardi et al. Os impactos da COVID-19 nas viagens de turistas brasileiros: conjuntura e perspectivas na eclosão e na expansão da pandemia no Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, Balneário Camboriú. v. 23, n. p. 2-25, 2021. Doi:  
<https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p2-25>.

OLIVEIRA, Allison Bezerra; SILVA, Adriana Maria Bernardes Da . DESIGUALDADES ESPACIAIS E DIFUSÃO DE COVID-19 NA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO, BRASIL. *Caminhos de Geografia*, v. 24, n. 92, p. 211–225, 4 abr. 2023. Doi:  
<https://doi.org/10.14393/RCG249263461>.

OLIVEIRA, Thayeley; PEREIRA, Melise de Lima. Instância de governança da região turística da Costa Doce: um estudo de caso. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, v. 41, n. 138, 2020. Disponível em:  
<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1158>.

PANAGIOTELIS, Anastasios et al. Forecast reconciliation: A geometric view with new insights on bias correction. *International Journal of Forecasting*, v. 37, n. 1, p. 343–359, jan. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ijforecast.2020.06.004>.

PÃOZINHO, Fernando Campelo; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. Formação de condutores de visitantes e o plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 15, n. 5, 1 nov. 2022. Doi:  
<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2022.v15.14003>.

PASTOR, Jesus; AUGUSTO, Carlos. Turismo rural como alternativa de desenvolvimento socioeconômico para a agricultura familiar no território rural lençóis maranhenses / Munim. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 60. 2022. *Anais [...]*. 2022. Doi:  
<https://doi.org/10.29327/sober2022.486704>.

PEREIRA, Geórgia Martins; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. A política de desenvolvimento regional de Celso Furtado para o Nordeste: revisão integrativa de literatura. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 11, p. 144-159, 2021. Doi:  
<https://doi.org/10.24302/drd.v11.3505>.

PETERS, Brainard Guy. O que é Governança?. *Revista do TCU*, n. 127, p. 28-33, 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCUCU/article/view/87>.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo. v. 14, n. 1, p. 1–13, 2019. Doi:  
<https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>.

REIS JUNIOR, Luciano Campos; SANTANA, Leonardo Silvério Gonçalves de; SOUZA, Laumar Neves de; SPINOLA, Carolina de Andrade. Lauro de Freitas no contexto do turismo da região metropolitana de Salvador: um centro turístico dormitório? *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 10, p. 1160-1183, 2020. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2938>.

RODRIGUES, Linda Maria. Turismo, patrimônio e políticas públicas na Amazônia Maranhense. Confins. *Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, n. 54, 2022. Doi: <https://doi.org/10.4000/confins.45304>

SILVA, Fábio Da et al. Os impactos da pandemia do COVID-19 no setor de serviços brasileiro. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, p. e516101321522–e516101321522, 20 out. 2021. Doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21522>.

SILVA, Maria Lindalva Alves Da; ARAÚJO, Maria de Fátima Veras; CONCEIÇÃO, Gonçalo Mendes Da. Parque Nacional da Chapada das Mesas (Maranhão/Brasil): atividades socioeconômicas dos moradores e seus reflexos. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 11, n. 2, p. 381–392, 27 fev. 2020. Doi: <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.002.0035>

ŠKARE, Marinko; SORIANO, Domingo Riberio; PORADA-ROCHÓN, Małgorzata. Impact of COVID-19 on the Travel and Tourism Industry. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 163, n. 1, p. 120469, nov. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120469>.

SUDRÉ, Stephanni et al. Percepção da comunidade local sobre o turismo no Parque Nacional da Chapada das Mesas, Carolina (MA). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 13, n. 2, 17 maio 2020. Doi: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.6749>.

ULLMANN, Theresa; HENNIG, Christian; BOULESTEIX, Anne-Laure. Validation of cluster analysis results on validation data: A systematic framework. *WIREs Data Mining and Knowledge Discovery*, 23 dez. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1002/widm.1444>.

WADE, Sara. Bayesian cluster analysis. *Philosophical Transactions of the Royal Society A Mathematical Physical and Engineering Sciences*, v. 381, n. 2247, 27 mar. 2023. Doi: <https://doi.org/10.1098/rsta.2022.0149>.